



Gabinete paralelo agrava crise política, avalia líder do PSDB na Câmara

A existência de um gabinete paralelo comandado por José Dirceu, conforme denúncia da revista “Veja”, agrava a crise no governo, que já sofre desgaste devido a uma enxurrada de escândalos que provocaram a saída de quatro ministros e envolvem outros cinco – do Turismo, Cidades, Comunicações, Casa Civil e Relações Institucionais. Essa é a avaliação do líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**.

“É no mínimo estranho o fato de José Dirceu receber representantes do primeiro escalão do governo Dilma em um quarto de hotel. O que discutem lá? Será que a presidente tinha conhecimento disto? Quem financia essa estrutura e com que

interesse?”, questiona o líder.

A reportagem mostra que o ex-ministro, réu no processo do mensalão, mantém um concorrido “gabinete” a três quilômetros do Palácio do Planalto, instalado numa suíte de hotel. Segundo a revista, ele dispõe de uma estrutura invejável, com carro, motorista, secretário e, mais impressionante, uma agenda recheada de autoridades: ministros, senadores e deputados. “José Dirceu não vai às autoridades. As autoridades vão a José Dirceu, numa demonstração de que o chefe ainda é poderoso”, relata “Veja”.

De acordo com Nogueira, a crise paralisou o governo, prejudica o país e a própria democracia. “Desde maio,

quando surgiram as denúncias contra o ministro Antonio Palocci, o primeiro a deixar o cargo, todas as energias do governo são usadas para estancar as crises. E o que foi feito para o país nestes oito meses? Praticamente nada”, condenou.

Na opinião do tucano, a atual gestão não consegue se desvencilhar do mensalão, originado na era Lula. “Parte das denúncias que estão aparecendo remete a práticas similares ao mensalão. E agora, José Dirceu, réu no processo, é apontado como o articulador de um gabinete paralelo. Se a presidente Dilma estiver realmente empenhada em romper com esta prática, precisará fazer uma faxina profunda,” completou.

Resultado desastroso da Prova ABC constata descaso com a educação, avaliam tucanos

Deputados tucanos constataram que a educação não é uma prioridade do governo do PT após analisarem os resultados da Prova ABC, exame inédito aplicado aos estudantes do terceiro ano do ensino fundamental. De acordo com o teste, 57,2% dos alunos não conseguem sequer resolver problemas básicos de matemática, como soma ou subtração. No aprendizado, o aproveitamento das crianças foi de 43,9% nas escolas públicas e 82,4% nas particulares.

Para os parlamentares, o descaso gera um “efeito bola de neve” que afetará o desenvolvimento do país. “Percebemos que a educação está totalmente abandonada. O professor não é valorizado e os colégios não fazem um acompanhamento da evolução dos estudantes”, apontou **Andreia Zito (RJ)**.

A tucana cobrou a aplicação dos recursos destinados à área e afirmou que a ausência de uma gestão eficiente causa problemas na formação dos brasileiros, que encontrarão dificuldades no ensino médio e no mercado de trabalho.

“Existe a necessidade de maior dedicação na qualidade da educação, que é muito fraca. O governo tem que dar as diretrizes, cobrar, dar incentivo aos estados. Não pode apenas ter um ministério que se dedique só ao ensino superior, tem que dar atenção ao fundamental”, cobrou **Eduardo Azeredo (MG)**.

Na avaliação do parlamentar, as prioridades estão invertidas e o resultado da Prova ABC não surpreende, pois é um retrato da realidade. Segundo ele, a gestão de Fernando Haddad no MEC tem sido marcada por uma estagnação no setor.

Para **Ruy Carneiro (PB)**, o levantamento é desastroso. “Sobretudo na escola pública, que é de responsabilidade do governo. Isso demonstra que não está priorizando a educação como diz e como deveria”, apontou. De acordo com o deputado, a defasagem precisa ser revertida o quanto antes, pois a nação já sofre com a falta de mão de obra qualificada e a situação pode se agravar ainda mais no futuro. 

57,2%

Dos alunos que fizeram a Prova ABC não conseguiram resolver problemas básicos de matemática, como soma e subtração.

 **Metade das crianças brasileiras não aprende o conteúdo esperado no ciclo de alfabetização**

Parlamentares lamentam redução de verbas em programas sociais e criticam falta de prioridade no setor

Os deputados **César Colnago (ES)** e **João Campos (GO)** lamentaram a redução de verbas para programas sociais e cobraram do governo federal políticas voltadas para a família. Apesar do aumento de gastos públicos, levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado na última quinta-feira (25) mostra uma queda na execução orçamentária de projetos da área entre 2009 e 2010.


“A gestão do PT é só fachada. Quando se analisa efetivamente os

investimentos de programas importantes ligados à violência contra crianças e adolescentes e mesmo à educação, vemos que há um descompromisso total”, avaliou Colnago. Na opinião dele, é lamentável fazer corte no setor, já que houve um crescimento significativo da arrecadação dos tributos.

Embora a variação total seja positiva, de 7%, houve áreas em que a execução diminuiu de um ano a outro. Em 2009, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei (Pró-Sinase) recebeu R\$ 6,1 milhões. Já em 2010, o valor caiu para R\$ 1,4 milhão.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres também ficou em baixa na comparação. De R\$ 77,4 mi-

lhões em 2009, a pasta recebeu R\$ 75,8 milhões no ano passado. Entre os programas mais atingidos estão o de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (queda de R\$ 315,6 mil para R\$ 250 mil) e o de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres (de R\$ 41,1 milhões para R\$ 35,2 milhões).

Na opinião de João Campos, falta sensibilidade do governo em tratar a questão. “Isso revela contradição, pois, no instante em que o Parlamento fazia a CPI da Pedofilia, o governo fez cortes em projetos voltados para proteção dos jovens”, avaliou. “É uma incompreensão. Isso mostra que o Planalto não tem critérios para eleger prioridades”, completou. @ 

R\$ 1,4 milhão

Foi o valor investido no Pró-Sinase, uma redução drástica da verba recebida em 2009: R\$ 6,1 milhões.

Pará merece políticas públicas para desenvolvimento da região, defende André Dias


O deputado **André Dias (PA)** condenou a discriminação do governo federal com o Pará por conta das leis que impedem o desenvolvimento da região. Na avaliação dele, a ausência de políticas públicas, além de denegrir a imagem do estado, proporciona uma visão negativa em relação à ordem ambiental, fundiária, de segurança pública, fronteiras e tráfico de drogas. O tucano discursou no grande expediente na última sexta-feira (26).

Dias destaca que o Pará é tido

pela nação como um problema, quando deveria ser encarado como uma oportunidade. Segundo ele, a omissão do Planalto dificulta a aplicação de verbas, impossibilitando o crescimento de vários segmentos.

No setor de transportes, o parlamentar ressalta que a região possui uma condição excepcional de hidrovias e oferece uma logística incomparável para importação e exportação, com preços mais acessíveis. “Poderíamos produzir no Pará, escoar mercadorias desde o Centro-Oeste, subindo e passando pela área em direção a mercados


consumidores, nesse processo de globalização da economia, com o custo de transporte cinquenta vezes mais barato.” Ele acredita que é difícil imaginar que o governo negue subsídios para o crescimento diante das qualidades do Pará.

Dias lembrou ainda que o estado é o maior produtor de energia limpa. “Além da Hidrelétrica de Tucuruí, começamos a construção de Belo Monte, que terá as mesmas proporções de geração de eletricidade com um impacto ambiental reduzido”, disse. @ 

“Poderíamos produzir no Pará, escoar mercadorias desde o Centro-Oeste, subindo e passando pela área em direção a mercados consumidores, nesse processo de globalização da economia, com o custo de transporte cinquenta vezes mais barato.”


■ Deputado André Dias (PA)

Leia também em nosso blog:

- Governo é oportunista ao propor novo texto para regulamentar a Emenda 29, alertam deputados 
- Nilson Leitão pede explicação do Ministério da Saúde sobre convênio com indícios de irregularidades
- Kaefer será integrante de comissão especial sobre novo Código de Processo Civil
- Direto do Twitter, com os deputados Vaz de Lima (SP), Andreia Zito (RJ), Carlos Alberto Leréia (GO) e Nilson Leitão (MT)
- Direto do Plenário, com os deputados Sérgio Guerra (PE) e André Dias (PA)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com @ , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>